

HUME E SUA TEORIA: DE ONDE PARTE O CONHECIMENTO?

Wellington Teixeira Gonçalves*

RESUMO: Este texto é uma interpretação da obra *Investigações sobre o entendimento humano* do filósofo empirista David Hume, que visa identificar os principais argumentos sobre os quais se estabelecem os critérios para a validade e comprovação de um conhecimento. A teoria do conhecimento de Hume toma como base as impressões da experiência sensível, que são para ele a base de qualquer conhecimento e a origem das ideias. No espaço das ideias surge a ideia de uma relação de causa-efeito, que para o filósofo é apenas um hábito resultante do contato com diversas impressões semelhantes, contínuas e frequentes. Ao desconsiderar a possibilidade de conceber ideias inatas no entendimento humano, Hume levanta a questão de como validar a possibilidade e a existência das coisas quando estas não são experimentadas.

PALAVRAS-CHAVE: Hume. Conhecimento. Ideias. Impressões. Hábito.

1 INTRODUÇÃO

Como todos os empiristas, Hume busca alicerçar as bases de nosso conhecimento propriamente na experiência. Ao contrário de racionalista, como Descartes, que defende um caminho dedutivo para se alcançar o conhecimento e sustentar a existência de verdades *a priori*, Hume demonstra em sua obra *Investigações sobre o entendimento humano* a impossibilidade de concebermos um conhecimento que não tenha passado pela experiência.

Para este filósofo é preciso tocar, sentir, experimentar para poder se posicionar a respeito de alguma ideia ou pensamento. O que não significa que não existam forças ou poderes causais ou outras realidades quaisquer

* Acadêmico do terceiro período de Filosofia da Faculdade Salesiana Dom Bosco (FSDB- Manaus/AM). E-mail: jimsdb@gmail.com



que ultrapassem nosso entendimento. É justamente este o ponto: Hume não encontra razões para afirmar que esses poderes não existam, de fato, contudo reconhece a incapacidade do intelecto humano de conhecer quais são essas forças ou poderes, pois elas não se apresentam aos sentidos e à nossa percepção.

Para começo de conversa, na investigação que Hume pretende empreender, acerca da natureza do entendimento humano e da sua relação com a construção do conhecimento, ele já inicia demonstrando a diferença que há entre uma filosofia simples, que parte das entidades observáveis e de tudo que está ao alcance de nossa percepção e a filosofia pura e, muitas vezes, mais abstrata do que qualquer outra coisa, que busca alcançar princípios gerais muito além de casos particulares.

Vemos Hume falar do “grosso” da humanidade, ou seja, da grande parcela da população comum, menos preocupada com investigações filosóficas abstratas, que não só faz opção pela filosofia simples, que parece mais próxima de sua compreensão, mas ao mesmo tempo desprezam e rejeitam uma filosofia pura, com a sua metafísica, que parece distante do contato com os seres humanos.

Para tentar preservar a nobre intenção que uma filosofia pura e racionalista tem de encontrar os princípios originais que regem à dinâmica das coisas e da vida como um todo, o filósofo procura empreender uma demonstração de que é até possível considerar que existam essas entidades abstratas por trás daquilo que vemos e, inclusive, a demonstração racional dessa existência é “penosa e fatigante”, mas não é tudo. Considerar a existência desses poderes como ponto de partida para a compreensão das entidades observáveis é um caminho extremamente perigoso, pois coloca em risco toda a construção do conhecimento.

2 AS IMPRESSÕES COMO PONTO DE PARTIDA



É possível que existam sim essas forças da natureza, mas como não podemos demonstrar a sua existência, a partir da experiência, não podemos considerá-las nem mesmo como uma explicação suficiente e menos ainda como a melhor ou única explicação para a existência e a natureza das entidades observáveis.

A afirmação de que o fogo pode me queimar caso eu coloque a palma da mão sobre ele não pode levar a um princípio universal de que o fogo sempre irá me queimar caso eu estenda minha mão sobre ele. Não podemos demonstrar nenhum tipo de conexão necessária ou relação de causa-efeito entre o fogo e a queimadura na minha mão. Posso experimentar que um dia aconteça que minha mão não queimará, mesmo que eu a coloque sobre o fogo várias vezes.

O fato de acreditarmos que o fogo queima se ficarmos expostos a ele não parte de um princípio geral, mas de uma sequência de casos particulares, ou seja, é um hábito. Já vimos tantas vezes essa situação acontecer, de uma exposição ao fogo acompanhada de uma queimadura, que já estamos acostumados a esperar pela segunda situação tão logo ocorra a primeira.

Hume acredita que as ideias tem origem a partir das impressões e não o contrário. Afirmamos que “não o contrário”, porque já dissemos que ele rejeita qualquer determinação de princípios *a priori*, tudo começa na experiência concreta, não temos ideias inatas, para ele somos exatamente como Locke propôs, uma folha de papel em branco sobre a qual a experiência se inscreve.

As impressões são, portanto, o ponto de partida, são elas que têm a maior expressão de força e de vigor, por que partem da percepção imediata da realidade exterior. Tomando o exemplo da queimadura, a minha percepção imediata é a da dor que eu sinto provocada pela queimadura que, pelo hábito, normalmente eu associo ao fato de ter colocado a mão sobre o fogo.



Já as ideias são como lembranças das impressões e, portanto, são mais fracas. Mais tarde eu posso me lembrar da dor da queimadura, mas eu não a sinto mais, ou pelo menos não a sinto da mesma forma que senti no momento em que me queimei. Logo, a impressão é a causa direta da ideia guardada na mente.

Para que uma ideia seja válida e possivelmente verdadeira ela precisa ser compatível com aquilo que a realidade pode demonstrar. Neste ponto é que o método dos racionalistas, com seu conhecimento dedutivo, corre o maior risco de engano e corrupção, pois podemos construir um pensamento complexo a partir de várias impressões que experimentamos, mas o fato de as impressões simples terem passado pela nossa experiência não é suficiente para comprovar que a construção que fizemos a partir delas, em nosso intelecto, seja verdadeira e exista fora de nosso pensamento.

Hume vai longe na desconstrução das especulações filosóficas abstratas em um combate declarado às ideias racionalistas que prevaleciam até então, de pensadores como Descartes, Spinoza e Leibniz. Segundo ele, uma filosofia baseada em hipóteses e especulações que constroem certos conceitos na abstração e os fixam como verdades apenas por que eles podem ser considerados como a melhor explicação para um problema, pode estar totalmente entregue a tendências e inclinações muito mais subjetivas do que a verdades realmente universais:

... talvez estejamos todo esse tempo apenas satisfazendo nossa indolência natural, a qual, por odiar o alvoroço do mundo e a fatigante servidão dos negócios, busca um simulacro de razão para ceder de forma completa e descontrolada a suas inclinações (HUME, 2004, p. 72).

Poderíamos falar de cavalos alados e anjos para citar exemplos dessas construções abstratas, mas vamos direto a um ponto específico e bem mais sério da investigação filosófica, propriamente dita: a ideia de força, poder, energia ou conexão necessária. Essa ideia de que os fatos



possuem uma conexão oculta, incapaz de ser visualizada pelos sentidos, está presente todos os dias em tudo o que fazemos e é justamente essa crença, alicerçada puramente em um hábito, que Hume quer desconstruir.

Uma solução cética para essas dúvidas com relação à possibilidade de conhecer os poderes que estão por trás de todas as operações naturais é de que a nossa experiência não é capaz de captá-los, visto que não se manifestam aos sentidos, portanto tudo que podemos perceber são os resultados, e todas as inferências que fazemos a partir da experiência e que nos levam a concluir uma ideia de causa-efeito partem puramente do hábito ou costume, não do raciocínio. “O hábito é, assim, o grande guia da vida humana” (HUME, 2004, p. 77).

3 DOCTRINAS DA NECESSIDADE E DA LIBERDADE

Como já dissemos é trabalho dos empiristas investigar o conhecimento a partir da experiência, portanto estamos falando de um conhecimento indutivo. As diversas experiências me acostumam a acreditar em uma determinada ideia até que se prove o contrário. Isso mesmo, “até que se prove o contrário”.

Vamos colocar mais uma questão, ao menos para refletir, pois é difícil acreditar que chegaremos a solucionar estes problemas através de uma iluminação da razão (afinal de contas, se estamos falando de empirismo, as ideias inatas, claras e evidentes de Descartes estão fora), para o empirismo é possível fixar a verdade de um conhecimento ou será que um conhecimento verificado por gerações como válido, tal como é a lei da gravidade (que nem deveria se chamar de “lei”), pode em uma única situação, dentro de uma cadeia de situações equivalentes, ser totalmente derrubado?

Para ser mais claro, se um dia a lei da gravidade for colocada em xeque por um objeto que, ao invés de cair no chão, devido ao seu peso e a força de atração que a terra imprime sobre os objetos que estão sobre ela,



ficar suspenso no ar, qual saída encontraremos para essa situação? Poderemos considerar que é um caso particular, que não rompe com a ideia da força universal que sempre fez com que os objetos caíssem para baixo e que se deve simplesmente a um terceiro fator externo que não conhecêssemos, mas que se manifestou especificamente naquela situação. Outra saída seria acreditar que nunca houve um princípio universal que determinasse a necessidade de um objeto sempre cair para baixo toda vez que fosse solto no vazio.

Para o pensamento empirista, e Hume não desmente isso, a quantidade de vezes que vemos ocorrer uma situação acompanhada por outra, aumenta a probabilidade de, futuramente, a sequencia manter-se a mesma, mas trata-se de uma probabilidade, não significa que é impossível que aquelas situações, em uma ocasião futura, simplesmente não aconteçam mais em sequencia.

Mais adiante o filósofo discorre acerca das doutrinas da necessidade e da liberdade. Não conhecemos as forças e energias por trás das operações da natureza que percebemos através dos sentidos. Contudo é verificável que sempre houve certa uniformidade nestas operações ao longo de gerações, o que justifica o nosso hábito de associar certas ações e acontecimentos a outros porque os presenciamos em sequencia em muitas ocasiões, mas ao mesmo tempo, ao longo de gerações essa uniformidade constante foi identificada. Mais uma vez, é válido lembrar, isso não significa que não possa haver uma ruptura nessa uniformidade, mas que já que constatamos, de modo universal, que ela existe e está aí. A possibilidade de um acontecimento diferente dos padrões pode derivar de causas contrárias que, obviamente, não conhecemos.

O risco que corremos ao admitir uma doutrina da necessidade, nestes termos, é retirar a força da liberdade ou colocá-la em oposição à necessidade, como a causa da ruptura, o que poderia convertê-la em simples acaso, que nem sequer é considerado como existente. É preciso considerar que se fixarmos tudo pela doutrina da necessidade criaremos



uma condição até mesmo para a moralidade, o que pode esvaziar o sujeito de um juízo moral, visto que ele se encontra, desse modo, determinado por estas leis de necessidade.

Um vez mais surge, na reflexão de Hume, refutações às ideias, como a de Descartes, de que a imperfeição é fragmento da grande obra do Ser Supremo, que em seu conjunto é totalmente perfeita, mas não totalmente cognoscível:

Todo mal físico, dizem, é parte essencial desse sistema benevolente, e não poderia ser removido nem mesmo pela própria Divindade, considerada como um agente sábio, sem introduzir um mal maior, ou excluir um bem maior, que dele resultaria. [...]. Mas, embora essas considerações sejam agradáveis e sublimes, logo se revelaram fracas e ineficazes na prática (HUME, 2004, p. 143-144).

Enquanto essas ideias permanecem no campo da especulação podem até ser admitidas, mas na prática acabam prevalecendo os sentimentos naturais da mente humana. Ao mesmo tempo, a dificuldade em admitir que a Divindade seja a causa imediata de todas as ações do homem sem ser autora do pecado e da moralidade prevalece.

4 INSTINTO, FÉ OU CETICISMO?

Hume chama atenção para o aspecto dos instintos nos animais, pois ainda que adquiram muito de seu conhecimento pela observação, como nós, existem também muitas coisas que recebem da própria natureza. O fato de que tais conhecimentos não estão ligados à uma longa prática ou experiência é algo extraordinário e sem explicação diante do entendimento humano. A grande questão está em observar que compartilhamos o raciocínio experimental com os animais e, por analogia, poderíamos inferir que assim como para os animais, além daquilo que aprendem com a experiência existem conhecimentos que não provém da experiência dos



sentidos, também em nós poderia haver esta relação de conhecimentos instintivos. Hume prefere acreditar que mesmo os raciocínios experimentais são como instintos ou poderes mecânicos, que agem de forma desconhecida em nós, mas que não estão relacionados a operações do intelecto.

Quanto às questões de fé, Hume não as rejeitava, mas as colocava no plano da crença e não da razão. Como nunca experimentou um milagre, Hume ignora que possam ser prováveis. Na verdade essas questões se enquadram dentro da necessidade que o ser humano tem de acreditar em acontecimentos “sobrenaturais” e ao mesmo tempo, de levar em conta o testemunho de pessoas que presenciaram um fato para atribuir confiança a ele: “[...] observemos que nenhuma espécie de raciocínio é mais comum, mais útil e mesmo mais necessária à vida humana que a que deriva do relato de pessoas e dos depoimentos de espectadores e testemunhas oculares” (HUME, 2004, p. 156).

Dessa forma, ao acreditar em Jesus Cristo, damos credibilidade aos relatos que nos foram transmitidos pelos seus discípulos através de gerações, porque nós mesmos não tivemos contato para garantir a autenticidade desses fatos, apenas podemos acreditar no relato de quem viveu de perto. Quanto aos milagres, entram praticamente naquela mesma ideia da ruptura de uma cadeia contínua de eventos.

Conhecemos as leis da natureza que nos condicionam e que foram fixadas através de uma longa experiência, qualquer evento que cause uma ruptura no curso daquilo que conhecemos como natural nos provocaria surpresa, como, por exemplo, alguém que contraiu uma doença que não tem cura e que está destinado a morrer assim como muitos outros a quem o mesmo ocorreu e, de repente, esta pessoa aparece curada.

Mas Hume é taxativo sobre este assunto ao deixar entender que não experimentamos que milagres acontecem ou não e nem mesmo



experimentamos as próprias leis da natureza e os atributos do Ser Supremo, mas só ouvimos falar de tudo isso e, portanto, é uma questão de crença. Tal crença, muitas vezes, é sustentada mais pela autoridade de quem a transmite do que qualquer outra coisa. Contudo, para salvaguardar a natureza da religião cristã, que sempre esteve acompanhada de milagres e sempre foi sustentada pela fé, Hume compreende que não se deve submetê-la a investigações que possam colocá-la à prova, pois não está fundada sobre a razão.

Outras objeções surgem mais a frente acerca da existência de uma providência particular e de um estado vindouro. É outro confronto muito claro com relação ao pensamento racionalista da existência de um Ser Supremo, que deduzia, através da ordem e da beleza do mundo, que deve existir uma divindade capaz de garantir estes atributos ao mundo. Interessante é que o maior erro que Hume encontra está justamente em presumir atributos e regras para a ação dessa divindade a partir de nossa própria conduta e de nosso conhecimento limitado e imperfeito, à medida que assim o consideramos diante do Ser Supremo. De fato é um paradoxo proceder com uma analogia desse nível, se ao mesmo tempo em que consideramos o Ser Supremo como perfeito e limitado, ao contrário de nós mesmos, o enquadramos dentro de regras de conduta que são de nossa própria natureza: “[...] raciocinar a partir das intenções e projetos humanos em direção aos de um Ser tão diferente e tão superior é visivelmente contrário a todas as regras da analogia” (HUME, 2004, p. 199).

A discussão é, portanto, saber até que ponto estas questões de religião e fé dizem respeito ao interesse público, no que toca a liberdade e a responsabilidade moral. Para Hume é um erro grave querer chegar a uma conclusão, partindo da ideia de como as coisas são normalmente, para criar um argumento normativo de que elas devem ser desse ou de outro modo.



Novamente, não existem argumentos suficientes para sustentar uma moral que apele para preceitos religiosos, ela não é indispensável.

5 CONCLUSÃO

Ao longo da história da filosofia já surgiram muitas formas de se posicionar com relação às verdades de um conhecimento que ainda não possuímos e algumas delas foram até muito perigosas. A própria suspensão de todo e qualquer juízo a respeito das coisas que ainda não passaram pela razão, em Descartes, caso fosse alcançado poderia causar um grande abalo e impossibilitar o advento de qualquer segurança ou certeza a respeito de algum argumento.

Para o nosso filósofo empirista, a filosofia acadêmica ou cética é mais útil e duradoura, pois é necessário que em nossas investigações haja sempre certo grau de dúvida, cautela e modéstia. Apelar para raciocínios *a priori*, coisa comum entre os racionalistas, não é a melhor saída. Aquele argumento das ideias claras e distintas que Descartes sustentava é um bom exemplo disso. Se partirmos da possibilidade de que já existem raciocínios prontos e acabados, saímos de um lugar desconhecido para outro ainda mais desconhecido, onde qualquer coisa seria possível no plano da abstração.

Mas Hume, felizmente, não abriu mão de sua imparcialidade e mesmo aquilo que não podia experimentar, através dos sentidos, continuava como uma possibilidade em aberto, fazendo com que ele julgasse um grave equívoco concluir a inexistência de um argumento somente devido ao fato de ele ter escapado de sua investigação.

O caso é que algumas questões ficam realmente em aberto. Consideremos que as coisas só adquirem caráter de existência quando são percebidas pelos sentidos e que aquilo que os sentidos não percebem é apenas uma possibilidade, uma hipótese em aberto. Como, então, assegurar a existência das coisas enquanto ainda não as percebemos?



Como assegurar a existência do mundo enquanto a percepção dele não passa pelos nossos sentidos? Podemos admitir que a força que assegura a existência das coisas, para além da nossa percepção, é só uma possibilidade? Caso essa possibilidade não seja verdadeira, o que resta?

Ainda assim, na medida em que para Hume o verdadeiro conhecimento só pode partir da experiência, devemos proceder com a purificação de nossos pensamentos e ideias e atirmos ao fogo qualquer tratado que se baseie em puras abstrações, sem nenhuma correspondência com uma realidade que possa ser experimentada, para que, ao menos no início de uma investigação séria, estejamos livres de qualquer “conversa-fiada”.

REFERÊNCIA

HUME, David. *Investigações sobre o entendimento humano e sobre os princípios da moral*. São Paulo: UNESP, 2004.



Wellington Teixeira Gonçalves
<http://lattes.cnpq.br/1418517906724920>

